

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

**ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR  
PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS**

Aos 23 dias do mês de novembro de 2023, às 19h40m, após um prazo de 40 minutos de tolerância, por convocação da Coordenação da Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Alto Paraíso de Goiás/GO, instituída por força do Decreto Municipal nº 2.104/2023, de 06 de fevereiro de 2023 e nos termos do art. 40, § 4º, inciso I, do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001), foi aberta a **Audiência Pública**, presencialmente, no Auditório do Polo Universitário da Universidade Aberta do Brasil - UAB, localizado na Rua São Jorge, Qd. 26, APM 06, nº 255, Centro, Alto Paraíso de Goiás/GO, com objetivo específico de APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA: MACROZONEAMENTO MUNICIPAL; ZONEAMENTO URBANO; HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS; EQUIPAMENTOS PÚBLICOS; INSTRUMENTOS E PROGRAMAS; E PARÂMETROS URBANÍSTICOS, para revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Alto Paraíso de Goiás/GO. O cerimonial da Audiência Pública ficou a cargo do Sr. Caleb Pedroso, que deu início aos trabalhos explicando sucintamente o objetivo do evento e que a Audiência Pública seria dividida em 05 partes, sendo: a composição da mesa de honra; a fala dos membros da mesa de honra, pelo tempo de até 05 minutos cada; a fala dos representantes dos 08 territórios, pelo tempo de até 05 minutos cada; a fala do representante da Equipe Técnica, pelo tempo aproximado de 50 minutos; e as 12 falas dos inscritos para se manifestar, pelo tempo de até 05 minutos cada. Na sequência passou a composição da Mesa de Honra da Audiência Pública, convidando: 1. Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Alto Paraíso de Goiás, Marcus Adison Rinco; 2. Excelentíssimo senhor Promotor de Justiça da Comarca de Alto Paraíso de Goiás, Dr. Fernando Centeno Dutra, que não pode se fazer presente e indicou para participar do evento a representante do CAO - Meio Ambiente do MPE/GO, Bruna; 3. Presidente da Câmara Legislativa Municipal de Alto Paraíso de Goiás, Sr. João Vitor Soares; 4. Representante do Núcleo Gestor da Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo, Luiz Carlos Simion; 5. Representante da Equipe Técnica contratada para revisão do Plano Diretor Participativo, Sr. Marcos Aurélio Lopes de Arimatéia; 6. Representante da SEMAD, Mozart Freitas. Composta a Mesa de Honra, o cerimonial iniciou o momento do Hino Nacional Brasileiro. Findado o Hino Nacional Brasileiro, o cerimonial, iniciando as falas dos membros da Mesa de Honra, passou a

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

palavra ao Prefeito Marcos Adilson Rinco, que disse ser preciso entender que a revisão do Plano Diretor é uma obrigação, que está atrasada já faz 13 anos; relatou que há um ano atrás estava a Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico, já empreendendo esforços para retomar um trabalho há muito pendente, percebendo-se que seria necessário trazer representantes das regiões existentes em nosso município, pois cada região possui a sua importância dentro dessa revisão, e se não fosse assim, não seria possível elencar questões de todas as regiões e trabalhar cada uma delas. O cerimonial passou a palavra para representante do CAO - Meio Ambiente do MPE/GO, Sra. Bruna, representando o Promotor de Justiça, Dr. Fernando Dutra, que disse estar à disposição para acompanhar este trabalho em representação ao Promotor de Justiça. O cerimonial passou a palavra ao Presidente da Câmara dos Vereadores, Sr. João Vitor Soares, que saudou a todos por este necessário trabalho. O cerimonial passou a palavra ao Sr. Luis Carlos Simion (Zizo), que saudou a todos os presentes, dizendo que foram provocados para que as comunidades setoriais tivessem voz ativa neste processo de revisão e afirmou que todos os núcleos setoriais tiveram apoio técnico e todos os trabalhos tiveram amparo do Poder Público, parabenizando todos os envolvidos pela mobilização e empenho nos esclarecimentos. O cerimonial passou a palavra ao chefe da APA de Pouso Alto, Mozart Freitas, que fez saudação aos presentes, dizendo que vem acompanhando algumas reuniões setoriais e da Comissão Permanente e que a SEMAD irá se manifestar oportunamente, após a leitura e análise do material a ser apresentado pela Equipe Técnica e pela Administração Municipal. O cerimonial, iniciando a fase de falas dos representantes dos territórios, passo a fala para representante do Território 'Sertão', Delmar Ferreira Resende que iniciou a fala dizendo que é muito valioso estar participando deste trabalho, já asseverando desde já que é impossível realizar um trabalho perfeito, mas que está muito melhor do que estava e falou que a região do Sertão possui como atividade principal a agropecuária, assunto que incomoda a muitos dos presentes, mas, mesmo tendo o incômodo, é necessário trazer aos olhos da realidade para cada região e ouvir o pleito dos munícipes, de forma a conquistar juntos um futuro melhor para Alto Paraíso de Goiás. O cerimonial passou a palavra ao representante do Território do Moinho, Sr. Noábio Moura, mas, como não estava presente, a Sra. Glessiana Luis Gomes, sua suplente, fez a representação e inicialmente justificou a ausência do Noábio, e disse que a demarcação territorial do Moinho é um sonho para todos os moradores daquela comunidade e como representante da comunidade, disse que por não

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

estarem demarcadas as terras, o povo é prejudicado em não conseguir benefícios diversos, é como se o Moinho não existisse aos olhos da Lei, do mundo jurídico, e por todos, então, trazer a voz à comunidade do Moinho é um sonho realizado, ressaltando que o Moinho prefere continuar sendo como Zona Rural, mas que a infraestrutura chegue até lá e atenda a comunidade quilombola da região. O cerimonial passou a palavra ao representante suplente do Território Alto Couros (GO-118), Sr. Alan Gonçalves Barbosa, que saudou a todos, dizendo que esse trabalho estava há muito pendente, e estar vendo a concretização disso, de o Poder Público buscar todos os representantes comunitários e tratar cada questão minuciosamente, é algo inacreditável. Informou que em seu núcleo houve a realização de seis reuniões ao total, tendo sido muito produtivas, já que o representante Jean Pedroso da Silva foi realmente atrás das pessoas para obter informações, pleitos, anseios da comunidade, parabenizando-o na oportunidade, ressaltando que a ocupação do Território Alto Couros deve ser vista com olhar muito sensível, tendo em vista a importância desse manancial para o município, já que é a nascente do Rio dos Couros. Falou que antes de pensar na ocupação dessa área, teve que se pensar na importância do Rio dos Couros, de sua nascente, Zona de Preservação de Mananciais (em toda a sua extensão), teve que se pensar na área de abastecimento da cidade, para não prejudicar ninguém, bem como entorno do lixão e do aeroporto, falou que a legislação federal ambiental deverá ser sempre respeitada, em todos os aspectos, e que não adianta fazer um Plano Diretor que seja muito restritivo, a ponto de fazer com que o crescimento desordenado permaneça em nosso município, e, levar à ineficiência, pelo reduzido quadro de corpo fiscal no município, sendo o melhor se fazer um Plano Diretor que não seja tão restritivo, mas que mantenha o cumprimento de normas legais em todos os níveis de jurisdição, sendo o ideal fazer um planejamento não para dez anos apenas, mas sim, mas mais, pelo menos, vinte anos, e tudo na base do desenvolvimento sustentável. O cerimonial passou a palavra ao representante do Território da GO-239, Flávio Rodrigues Pacheco, que fez uma breve elucidação a respeito da ocupação desordenada e irregular em sua região e ressaltou que o Plano Diretor será extremamente importante para a arrecadação municipal, já que tem muita gente que usa e desfruta dos equipamentos públicos e não paga um centavo sequer, o que não pode mais acontecer, porque se não, não há progresso na cidade, agradeceu pela oportunidade da palavra e se colocou à disposição para contribuir nos trabalhos. O cerimonial passou a palavra ao representante do Território de São Jorge, Sr. Sebastião

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

Ferreira da Silva Neto, que iniciou a fala agradecendo pela palavra, contou um pouco de sua história dentro de São Jorge, saudando todos os moradores de São Jorge e pedindo aos Vereadores que olhem para os moradores carentes de São Jorge, para que tomem providências à situação de carência vivida por eles, e ainda, pediu a todos que respeitem as famílias tradicionais de São Jorge, passando a palavra a uma moradora tradicional de São Jorge, para uso do seu tempo remanescente, que contou um pouco de sua situação atual, dizendo que era garimpeira, requerendo a regularização da vila de São Jorge, com aquisição de lotes para os nativos de São Jorge. O cerimonial parabenizou a fala dos participantes, mas lembrou que o que foi feito é proibido nesta Audiência Pública, não sendo possível passar a palavra para pessoas não previstas pela fala. Feitas as considerações necessárias, o cerimonial passou a palavra ao representante do Território do P.A. Silvio Rodrigues, Fraternidade e Região, que agradeceu a oportunidade da palavra, dizendo que houve certo prejuízo pelo fato de terem ficado sem representação por um tempo na comissão permanente e não tiveram tanto tempo para a realização de propostas. Disse que nas poucas reuniões, tiveram um desempenho muito bom e eficiente, escutando muitos munícipes, escutando suas adversidades, as situações básicas enfrentadas, e outras questões da região, ressaltando que a região possui uma diversidade de situações, com presença de produtores agrícolas, de vários portes, moradores simples, etc., então, chegar a um denominador comum para todos realmente é algo muito difícil, mas que, pelo poder do diálogo, pode-se chegar a um resultado positivo. O cerimonial, pelo fato do representante do Território Loquinhos/Morrão, Sr. Luis Carlos Simion (Zizo), já ter feito o uso da palavra nas falas da Mesa de Honra, passou a palavra ao representante dos Conselhos Municipais, Piquerobi Freitas Pereira de Souza, que, na ocasião, disse que a empresa deveria ter acompanhado todos os núcleos, e que não foi devidamente contemplado, faltando subsídios para criticar o material proposto, que foi incompleto, segundo ele, que afirmou ser impossível o crescimento “astronômico” previsto pelo falecido Ary Valadão Filho, tendo em vista que o município não comportaria muitas pessoas, disse que as considerações constantes no material são genéricas, dizendo que diversos entes não foram convidados para o trabalho, como a SANEAGO, a EQUATORIAL e a SEMAD. O cerimonial, acolhendo posicionamento da Coordenação Geral do evento que aquiesceu a pedido verbal de antecipação da fala feito pela representante das Organizações Não Governamentais, Sr<sup>a</sup> Luciana Pinto, passou a ela palavra, que falou que o Arimatéia só disponibilizou os materiais há dois dias atrás, que

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

foi quando pôde se debruçar nesses documentos, disse que há o empenho do Poder Público para atender os anseios da comunidade, mas que é insuficiente, por não atender diversos setores do município, e por ter diversos vícios, que vão desde à forma ao seu conteúdo, apesar do esforço da Administração, falou que há muitas pessoas alheias ao processo 'participativo', sem qualquer chance de participarem e contribuírem, e a título de exemplo, mencionou que 'não há um representante dos bairros do núcleo urbano', ainda que estejam propostos nos bairros uma nova forma de uso e ocupação do solo, disse que na zona rural, os interesses de grupos específicos na esfera imobiliária e a financeirização da terra estão se sobrepondo aos interesses de quem já habita o território, e tudo isso, sem um estudo de impacto na vizinhança, e sem estudo ambiental, disse que sequer há a preocupação 'se vai ter água pra todo mundo'; 'se a água vai continuar limpa'; se o cerrado vai continuar a ser protegido'; se as pessoas de baixa renda vão ter acesso à moradia e aos equipamentos públicos', falou que as pessoas não estão se sentindo protegidas, não estão se sentindo ouvidas e não estão se sentindo contempladas e que o Plano Diretor não pode servir para facilitar o lucro fácil de pessoas que querem comprar terra para vender em parcelas menores e com alto valor pecuniário, falou que em relação às zonas de expansão urbana no município, há um estoque de terras vazias duas vezes maior que o espaço consolidado no município, que não cumprem sua função social e desde o Plano Diretor de 2000, disse que não existe razão objetiva para expandir os limites das zonas urbanas quando já se tem um estoque de terras vazias no município, ainda mais que isso importará em enorme prejuízo para a Administração Pública Municipal, trouxe à luz a Lei nº 6.766/79, afirmando que o município é solidariamente responsável pelos não cumprimentos de empreendedores responsáveis por loteamento, especialmente quanto à implantação de equipamentos públicos e infraestrutura básica, como no caso do Setor Eldorado. O cerimonial, iniciando a fase da fala do representante da Equipe Técnica, passou a palavra ao Sr. Marcos Aurélio Lopes de Arimatéia, para apresentação do material, no tempo aproximado de 50 minutos, o qual iniciou a exposição do trabalho utilizando-se de retroprojetor, apresentando a Fase das Propostas, ressaltando que ainda serão rediscutidas propostas no momento de produção do texto da lei municipal, falou da linha do tempo do processo de retomada dos trabalhos de revisão do Plano Diretor, da Síntese Espacial do município de Alto Paraíso de Goiás, ocasião em que falou das regiões do município, bem brevemente, de forma a elucidar o entendimento de todos, ressaltou que temos aqui uma diversidade de relevo, de culturas, de atividades,

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

e outras, o que torna mais complexa a realização deste trabalho, falou que o Plano Diretor de Alto Paraíso é muito bom, mas não foi devidamente implementado disse que há uma potência no setor turístico, sendo então necessário que o Plano Diretor atual trate devidamente este tema, falou dos princípios básicos do Plano Diretor, passando de um por um, quais sejam: 'cumprir a função social da cidade e da propriedade urbana e rural do município'; 'garantir a universalização do acesso à infraestrutura, moradia e serviços públicos'; 'assegurar o desenvolvimento sustentável'; 'promover articulação de políticas públicas de ordenamento'; 'incentivar a cooperação entre os entes governamentais nas suas diversas instâncias'; 'promover a integração de políticas públicas'; etc; falou dos objetivos do Plano Diretor, ou seja, qual o caminho que a cidade quer seguir, atendendo as necessidades de todos os munícipes de forma sustentável; garantir o melhor aproveitamento dos investimentos públicos, tratou do conteúdo do Plano Diretor, no aspecto territorial, econômico-social e outros, falou que para fazer o macrozoneamento teve que se analisar o aspecto rural, urbano e ambiental, que são verdadeiros eixos que sustentam o atual Plano Diretor, falou das APP's e das propostas do Plano Diretor para o município, de inclusão territorial e moradia digna; da mobilidade e acessibilidade; da valorização do espaço urbano e patrimônio histórico e cultural; do desenvolvimento econômico; do saneamento básico; esporte e lazer; assistência social; desenvolvimento educacional; do ordenamento territorial, asseverando que a revisão não é permanente, e que será criada o Conselho da Cidade, com vistas a dar efetividade no cumprimento do Plano Diretor, falou que o Plano Diretor está seguindo os princípios das normas da SEMAD/GO, no que tange à zona da APA Pouso Alto, mostrando alguns territórios, em especial o Ezuzá, destacando as áreas de assentamento e as áreas de preservação permanente, falou que foi excelente a reunião ocorrida com os produtores agrícolas, com apresentação de muitas propostas interessantes para a região, ante a situação de conflitos da região do assentamento, ficando entendido que existem várias famílias de produção agrícola certificada, mas ficou estabelecido uma zona em que a agricultura intensiva não incide, bem como uma área de reserva legal junto à Cidade da Fraternidade, falou da região do Povoado Moinho, destacando que a região possui muitas carências, com inexistência de equipamentos públicos, e que a Prefeitura só pode utilizar recurso em terra que é da própria Prefeitura, e que, inclusive, o município utilizou recurso público municipal para benfeitoria em terra do Estado de Goiás, chamando atenção para que deve ser feita a regularização fundiária do Moinho, haja vista que a comunidade local

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

necessita de acesso aos recursos públicos, mostrando toda a região do Moinho, bem como alguns problemas com relação à captação de água, passou à exposição a região do Distrito de São Jorge, destacando as áreas rurais existentes, e o parcelamento irregular, ressaltando que na área rural o terreno mínimo deve ter 40.000 m<sup>2</sup>, pelo menos, pela Lei, o que faz com que a maioria esmagadora esteja fora da lei, falou ainda de alguns problemas da região, como a região da ecovila, com lotes em desconformidade com a lei, disse que o município tinha 3 possibilidades: fazer a lei valer; deixar o crescimento desordenado; ou incorporar as áreas tidas como rural e tratá-las como zona de expansão urbana, citou o art. 29, § 1º, inciso III, do Plano Diretor vigente, o qual rege que *“o poder público municipal deverá embargar toda divisão ou parcelamento de solo rural feito em desacordo com o disposto nessa lei, notificando o fato ao Ministério Público, para as competentes medidas legais”*, afirmando que essas ocupações irregulares foram fomentadas pela omissão de todos os entes, quais sejam, Poder Público Municipal, Estadual e Federal, Ministério Público e dos cidadãos, então não adianta ficar brigando e se ofendendo neste momento, por ser um momento de construção, que ainda poderá sofrer alterações futuras, falou da GO-239, mostrando o Morro da Conceição, mostrou o local onde nasce o Rio dos Couros, falou das ilegalidades existentes na região, da área de recarga do PNCV, destacando que após a vigência da revisão do Plano Diretor, todos os moradores e interessados terão o prazo de 05 anos para se regularizarem, falou da região das Loquinhos e do Morrão e do motivo pelo qual foi criada a ZEU 4, ante a importância de preservação ambiental na região, que é muito sensível, falou da região da sede, em especial a área do aeroporto, bem como a proposta de se proibir qualquer construção na área de pouso e decolagem de aviões, falou da Zona de Chacreamento, em ZEU 1, em que as parcelas deverão ter no mínimo 800,00 m<sup>2</sup>, falou da região da GO-118 e da perspectiva de crescimento ordenado para a região, trouxe ainda algumas problemáticas acerca de possibilidades de arquitetura e a problemática com a legalização de tais estruturas, apresentou a lista de CNAEs para a região, segundo a proposta desta revisão do Plano Diretor, falou da problemática do parcelamento na região, elencando como o principal problema enfrentado pelo município, falou do Conselho Municipal a ser criado, e suas faces de controle e efetivação do Plano Diretor, seja na via administrativa, jurídica, fiscal-tributário e/ou financeiro, falou da estruturação dos equipamentos públicos, e que o hospital é subutilizado, falou que a ideia é que o hospital municipal tenha âmbito regional, e, para isso, necessita de investimento neste sentido, destacou, que o Poder

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

Público municipal deverá embargar toda divisão ou parcelamento de solo rural feito em desacordo com o disposto nesta lei, notificando o fato ao Ministério Público. O cerimonial, iniciando a fase das falas dos 12 inscritos, selecionados pela ordem de inscrição de um total de 22 interessados que, presencial ou por e-mail, manifestaram interesse em falar na Audiência Pública, informou a todos que duas participantes já haviam realizado uso da fala, quais sejam, a Sra. Delmar Ferreira Rezende (representante do Território do Sertão) e a Sra. Luciana Pinto (representante das Organizações não Governamentais), então, com base nas normas previstas, não terão direito a nova fala. O cerimonial explicou que o momento da fala dos 12 inscritos foi dividido em 04 Blocos de 03 falas cada, tendo no intervalo de cada Bloco a fala do representante da Equipe Técnica, Marcos Arimatéia. O cerimonial deu início ao 1º Bloco, passando a primeira fala ao Sr. Francisco Marshall, que iniciou ressaltando que está falando como produtor rural, narrando que há 20 anos estava nessa reunião de Plano Diretor, e, desde lá, sempre predominou a existência de diversidade local, com embate de forças, e não vai haver exageros e nem radicalismos em Alto Paraíso de Goiás, asseverou que apesar da diversidade, a sociedade de Alto Paraíso de Goiás encontrará seu caminho. O cerimonial passou a segunda fala ao Sr. Raimundo Nonato, que saudou a todos os presentes, se apresentando formalmente, destacando a ausência de políticas públicas na zona rural, com falta de equipamentos públicos, lazer, cultura, saneamento, etc, principalmente para os assentados da reforma agrária, e que isso precisa ser olhado pelo Plano Diretor, falou que havia cerca de 16.000 hectares destinados a reforma agrária, e, dessas terras, foram, em comum acordo com os assentados e o INCRA, doado ao Governo Estadual cerca de 5.600 hectares, sobrando cerca de 4.000 hectares para reserva legal, sendo que na parte do Silvio Rodrigues já contam com terras georreferenciadas, e a parte do Ezuzza ainda está em análise pelo INCRA, além disso, informou que há 5.000 hectares de terras agricultáveis, bem como 190 famílias assentadas dentro do município de Alto Paraíso de Goiás, relatou a todos que há uma desmotivação dos assentados produtores agrícolas, porquanto há treze anos atrás tiveram seus produtos confiscados pelo Poder Público, com apreensão de insumos e maquinários, o que causou um grande êxodo na Zona Rural da região, hoje cerca de 70% dos lotes foram vendidos para terceiros, somente por falta de política pública na região do assentamento, disse que com base em dados do IBGE e outras órgãos, elucidou a importância da agricultura familiar na base da economia dos municípios, asseverou que não importa se há a certificação ou não, se não tem espaço para a

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

atividade de comércio para a agricultura familiar no município, concluiu a sua fala rogando pela criação de espaços públicos, feiras livres, onde possam comercializar seus produtos, independentemente de certificação. O cerimonial passou a terceira fala a Sra. Aristéia Avelino (Téia), que iniciou saudando a todos e contando um pouco de sua história de vida, falou que o Plano Diretor vigente é muito bom, pois contou com um olhar de universidades em prol da preservação do meio ambiente da região, ressaltou que a expansão urbana é uma coisa e regularização fundiária é outra, e que a proposta da vila de São Jorge é baseada no modelo de economia de turismo de base comunitária sustentável, e que, em nome da comunidade, pleiteia que no Plano Diretor que está sendo revisado conste a terminologia mencionada, informou ainda que em São Jorge não há problemas sociais no que tange à alimentação, porquanto todos têm comida na mesa, mas sim, tem problemas de moradia, conforme já adiantado nesta audiência, mencionou que, por realizarem atividades em prol do turismo ecológico na região, há a necessidade de se cuidar e preservar o meio ambiente local, mesmo que, no passado distante, a atividade principal era a de extração de cristais, mas isso mudou totalmente, porquanto tal atividade foi extinta, só restando à comunidade a preservação do meio ambiente para que o turismo persevere. O cerimonial passou a quarta fala a Sra. Vanessa Drumond, que falou da atual problemática de edificações irregulares na região de Alto Paraíso de Goiás, com viés mais técnico, com exposição de slides falando sobre o tamanho dos lotes urbanos e a ZEU 1, fez a sugestão a todos, para que seja permitido lotes com tamanhos de 200 m<sup>2</sup> (para as Zonas de Habitação de Interesse Social) e de 300 m<sup>2</sup> no lugar de 450 m<sup>2</sup> para os demais lotes urbanos como proposto e mantendo a metragem antiga, tendo em vista que o maior adensamento evita a utilização de mais áreas para receber novos parcelamentos e resulta em melhor ocupação do território na Zona Urbana, e que como Fiscal de Obras, ela pediu à população para que se atentem à legislação, de modo que também exerçam o trabalho de fiscalização como cidadãos. O cerimonial, fechando o 1º Bloco, passou ao representante da Equipe Técnica Marcos Arimatéia, que realizou comentários condizentes a falas realizadas até o momento, informando que será alinhado um curso de capacitação técnica fomentado pelos agricultores locais, a ser realizado nos assentamentos de Alto Paraíso de Goiás, e, inclusive, há a possibilidade de trazer outros cursos de capacitação técnica em outras áreas como hotelaria, construção civil, etc, que devem ser aproveitadas pela população, falou da importância do trabalho de revisão ocorrer com a participação popular, falou que a questão do tamanho mínimo dos lotes

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

urbanos será objeto de avaliação durante os trabalhos, disse que de fato deve ser previsto local para feiras e locais de comercialização dos produtos da agricultura familiar. O cerimonial, abrindo o 2º Bloco, passou a quinta fala ao Sr. Tupac Petrillo, que se identificou e se apresentou a todos, falou de sua preocupação com relação à possibilidade de alto grau de adensamento urbano e a falta de infraestrutura para tanto, especialmente em São Jorge, e, dentro dos critérios de zoneamento, percebeu que há falta de matriz de sensibilidade ambiental aos parâmetros de borda (zonas de tamponamento), em que verificou taxa de adensamento superior a 50 habitantes por hectare, disse que a falta de infraestrutura para comportar esse adensamento populacional coloca em risco a qualidade de vida dos moradores de São Jorge. O cerimonial passou a sexta fala ao Sr. Daniel Santos Silva, que destacou que mora na Vila Cerradinho e que todos os moradores de lá não merecem ser tratados como invasores, já que ocupam regularmente o local há alguns anos, lembrou que regularização é diferente de expansão urbana, destacou que a força de mão de obra existente em São Jorge não pode morar em Colinas do Sul, que fica a 36 km de São Jorge, deste modo o Poder Público deve olhar para esses moradores de São Jorge, especificamente da Vila Cerradinho, que perfazem a força de trabalho da vila de São Jorge. O cerimonial passou a sétima fala ao Sr. Eduardo Nóbrega, que iniciou se apresentando a todos, dizendo, na ocasião, sobre o problema de energia elétrica, do lixo e do saneamento básico em Alto Paraíso de Goiás, e que é preciso que a Prefeitura acompanhe todo este processo de crescimento, pois preocupa como a estrutura vai abarcar todo esse crescimento. O cerimonial, ao finalizar o 2º Bloco, passou a fala ao representante da Equipe Técnica Marcos Arimatéia, que mencionou que até chegar a este denominador de propostas foi processo extremamente árduo e trabalhoso, e, com relação ao arruamento urbano, destacou que possui especialização em engenharia de tráfego, tendo trabalhado por dez anos no DETRAN, então, é interessante que a Prefeitura faça um convênio com o DETRAN, para que estabeleça um Plano de Mobilidade em relação à capacidade de vias (de mão única ou dupla), falou sobre a necessidade de se tomar alguma providência com relação à área de destinação final de resíduos sólidos, vulgo lixo, e a necessidade de se resolver isso o quanto antes, de modo a atender a legislação brasileira atual sobre o assunto, seja por meio de solução individual, seja por meio de consórcio, mencionou ainda que no município já tem um bom índice de separação de materiais recicláveis, então, o município deve trabalhar na ampliação dessa política de reciclagem e separação

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

de materiais e sobre a questão fundiária, ressaltou a importância de implementação de uma política pública de habitação, e também, a necessidade da revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social que foi aprovado em 2012, e, como está vencido, necessita de uma revisão, falou que o Código de Obras deverá ser adequado com a aprovação do Plano Diretor e com relação à capacidade de carga e sustentabilidade ambiental, dentro da proposta, arduamente, foi inserida uma faixa de transição do PNCV para dentro das áreas de expansão urbana, e deverá se construir um regramento nesses locais de transição ambiental. O cerimonial, abrindo o 3º Bloco, passou a oitava fala ao Sr. Lourenço Andrade, que se disse muito contente da participação social no processo de revisão do Plano Diretor, disse que essa participação é um acalento ao processo democrático e pediu abertura do processo para ampla e maior participação popular e que as pessoas não ouvidas fossem de fato ouvidas aqui neste processo de revisão do Plano Diretor. O cerimonial passou a nona fala a Srª Mércia Beatriz, que começou dizendo estar muito cansada, e que tentaria ser o mais breve possível, disse que iria fazer um apanhado geral e informou a todos a respeito dos cartazes por ela pendurados na parede, informou que em São Jorge, desde o ano passado, desde que começou os trabalhos de revisão do Plano Diretor, começou-se a fazer um trabalho paralelo sobre o Plano Diretor, para ver o que as pessoas gostariam que estivesse contemplado e que foi feito esse trabalho com a comunidade, para ver o que a comunidade anseia, o que resultou nesse trabalho exposto nos cartazes pendurados, mostrou a todos um livro, disponibilizando, nessa oportunidade, para quem tivesse interesse em algum exemplar, sendo o livro fruto de um trabalho realizado juntamente com professoras da UNB e a comunidade de São Jorge; ressaltou a todos que está falando como Presidente da Associação de Empreendedores e informou que foi pedido pelo presidente da associação de moradores, para que ela apresentasse um documento, expondo nessa oportunidade de fala na audiência pública, contudo, informou que não daria *tempo de ler isso tudo* e que iria tentar sintetizar o máximo possível, tendo em vista que havia dividido o tempo de fala com o presidente da associação de moradores, porém, por conta da regra, não pôde dividir o tempo; informou que tanto o posicionamento dos moradores quanto dos empreendedores é o mesmo, pois trabalharam *juntos*; informou que foram indicados representantes de São Jorge, o Sebastião e o Eduardo, conhecido popularmente como “Goiaba”, porém, afirmou que eles *não tiveram orientação devida e o material para que ele pudesse levar à população de lá;*

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

disse que a discussão ficou um pouco localizada com os núcleos onde têm as ocupações e que sentiu alguma falta na questão de terem sido explorados os eixos, inicialmente, quando em 2019, quando foi montado o trabalho, e foi dividido em eixos de educação, turismo, social, e, durante todo esse trabalho, só se ouviu falar em parcelamento, loteamento, expansão urbana, disse que ficou sem entender como este trabalho está sendo construído; disse que nós temos uma lei, e estamos fazendo uma revisão dessa lei, e, nessa revisão, o que vai ser contemplado? Indagou; disse que está “precisando desse material para ver o que realmente vai ser alterado nessa lei e o que vai ser mantido; fez a leitura do artigo 83, inciso VIII, do Plano Diretor vigente, que diz que a atividade turística tem por diretrizes (...) elaborar leis que venham propiciar a harmonização, administração e proteção ao Turismo no município; disse que São Jorge é uma Vila, que veio do garimpo, que é constituída de pequenos e médios empresários e que a Vila vive 100% (cem por cento) do turismo; disse que dependendo do tipo de empreendimento que venha, isso aí pode trazer uma insegurança econômica pra gente e social; falou que no zoneamento não ficou definido qual a área, quantos m<sup>2</sup>, que será ampliado e que não ficou definido quantos lotes passarão a existir na vila, para ter a prospecção de quantas famílias virão para ocupar esses lotes, disse que pelo mapa, “apesar não ter uma escala proporcional, dá a entender que serão construídas mais três São Jorge e isso está trazendo uma insegurança muito grande aos moradores e empreendedores; ressaltou, ao final de seu tempo de fala, que está “precisando dessa informação precisa. O cerimonial, fechando o 3º Bloco, passou fala ao representante da Equipe Técnica, Sr. Marcos Arimatéia, que asseverou que todos os slides, mapas e outros documentos contendo as propostas dos núcleos setoriais foram distribuídos a todos da Comissão, e que a proposta que a sua empresa formulou foi baseada nas contribuições dos núcleos setoriais que os próprios representantes trouxeram, que a preocupação da chegada dos resorts na Chapada dos Veadeiros, e que a preocupação é válida, com risco de esses empreendimentos absorverem a mão de obra local toda para si, ficando ainda mais grave a situação dos empresários locais, então, pensando nisso, em reunião com o Sr. Severo da empresa *Hotel Chapada*, e a proposta vinda da associação de empresários, foi de que os empreendimentos com área máxima de até 3.000 m<sup>2</sup> podem se instalar no município como usualmente é feito hoje, o que não é muito, pois geralmente, em outros planos diretores, o padrão é de 5.000 m<sup>2</sup>, contudo, os empreendimentos com área acima de 3.000 m<sup>2</sup> deverão apresentar proposta ao Conselho da Cidade, para que passe por

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

avaliação da comunidade local ali representada, reforçando a importância desse Conselho Municipal. O cerimonial, abrindo o 4º Bloco, passou a décima fala ao Sr. Eliomar Artur Bertoldo que se apresentou formalmente e falou sobre o déficit habitacional existente no nosso município, e a necessidade de se olhar para isso neste Plano Diretor, ressaltando que há muitas pessoas que são filhas de Alto Paraíso de Goiás e que não conseguem morar dignamente, precisando recorrer a parcelamento irregular para ter um teto para proteger a sua família, pois houve um eco de treze anos, um silêncio ensurdecedor a respeito da necessidade de se regularizar essas ocupações no município. O cerimonial passou a décima primeira fala a Sr<sup>a</sup>. Ana Cristina Costa e Silva, que citou alguns problemas municipais, como carência de infraestrutura, falta de saneamento básico, e questionou a equipe técnica o porquê a região da GO-239 recebeu a ZEU 2 com área mínima de 1.000 m<sup>2</sup>, afirmando que nas reuniões setoriais essa metragem não havia sido discutida, e o significado da ZITA e o porquê de ser considerada como ZITA uma parte do zoneamento da GO-239. O cerimonial, ao finalizar o 4º Bloco, notou que das 12 falas inicialmente programadas, apenas 11 falas foram de fato realizadas nessa fase, isso se explica pelo fato de alguns inscritos terem suas falas adiantadas quando da representação de territórios, conselhos e organizações não governamentais, bem como, por outros terem desistido do uso da palavra ou por não terem comparecido no evento, de modo que todos os 22 interessados que se inscreveram foram efetivamente chamados para fazer uso da fala, esgotando-se integralmente a lista dos inscritos e cumprindo com o princípio de participação popular nesta audiência e no processo de revisão do Plano Diretor Participativo. O cerimonial, passou a palavra ao representante da Equipe Técnica Marcos Arimatéia, que iniciou a fala dizendo que interesses particulares não podem se sobrepor a interesses coletivos, mesmo que as pessoas valorizem mais os interesses individuais do que os coletivos. Com relação à explicação do porquê de incidir ZEU 2 de 1.000 m<sup>2</sup> em um local e no outro não incidir, é que cada região deve ser olhada com uma visão diferente, não podendo ser padronizadas igualmente, haja vista a pluralidade de características nas regiões do município, visto a área próxima do Morro da Baleia, que fica próxima ao PNCV, dona de uma beleza especial, é diferente de olhar para São Jorge ou para o Moinho, apesar da proximidade com o PNCV em São Jorge e no Morro da Baleia, as duas áreas possuem características diferentes, e tudo isso foi discutido em cada reunião setorial, inclusive, em dois territórios, visando atender a uma especificidade local, foi criada uma ZEU 4 prevendo área mínima de 4.000 m<sup>2</sup>, ante a sensibilidade

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

ambiental local, visto que antes só existia ZEU 1, ZEU 2 e ZEU 3, sendo extremamente arriscado ao meio ambiente a previsão de lotes menores para essas regiões, deste modo todos os zoneamentos foram decididos visando ocupação sustentável, de forma a não acabar com o bem mais precioso do município, que são as riquezas naturais, pois como profissional não irá 'comprar a briga' de ninguém, no sentido de inserir uma zona de expansão urbana em local sensível ambientalmente, onde a Lei Federal não permite, salientando que é natural e até esperado a apresentação de contrapropostas por parte dos descontentes com a proposta atual em discussão, informou que recebeu diversos documentos de última hora, de diversas pessoas, ressaltando que o momento adequado para apresentação destes documentos seria o da retomada dos trabalhos pela Comissão, contudo, antes tarde do que nunca, as contribuições são bem vindas e todas as contrapropostas serão devidamente apreciadas e todas terão uma deliberação da Comissão. O cerimonial, partindo para o encerramento da Audiência Pública, passou a palavra a um dos representantes da Coordenação do Evento, na pessoa do Coordenador da Comissão Permanente e Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Ismael Neiva, que pediu a compreensão de todos, mesmo com adiantado da hora, para que o servidor da SEMAD e Chefe da APA de Pouso Alto, Mozart Freitas, fosse escutado, de modo que este passou a fazer uso da palavra, saudando o Prefeito Marcus Adilson Rinco e o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Ismael Neiva, após o que passou a ler um expediente da nobre Secretária Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Sr<sup>a</sup>. Andréa Vulcanis, representando a visão da SEMAD quanto ao andamento da revisão do Plano Diretor, o documento fez um panorama da situação ambiental da região da Chapada dos Veadeiros, destacando alguns zoneamentos e a diversidade de elementos e atividades, asseverando que, sob pena de ilegalidade, o material do Plano Diretor precisa passar por análise aprofundada da SEMAD, especialmente em vista dos campos de murundus existentes ao longo da região da GO-239, destacando que o Plano Diretor deve se encontrar em conformidade com o que diz o Plano de Manejo da APA de Pouso Alto, para isso o material resultante do trabalho de revisão deverá ser encaminhado para avaliação da SEMAD, nos termos da lei, contudo, no geral, está de acordo com a necessidade de revisão do Plano Diretor em discussão, ressaltou que a SEMAD ainda irá se manifestar oficialmente quanto à aprovação da proposta do Plano Diretor. O representante da Coordenação do Evento passou a palavra ao representante da Equipe Técnica, que informou que está bem alinhado com a Equipe

**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

Técnica da SEMAD, já tendo conversado com a Superintendente de Unidades de Conservação, ficando certo que apresentaria oportunamente o material para apreciação e manifestação, como ordena a lei, asseverando que o posicionamento da Sra. Andréa Vulcanis deve ser esse mesmo presente no expediente lido pelo Chefe da APA, de que o Plano Diretor deverá considerar para todos os fins o Plano de Manejo da APA de Pouso Alto. O representante da Coordenação da Audiência Pública retornou para si a palavra e destacou que em nenhum momento houve intenção Administração Pública em burlar a lei, tendo, em todo o processo sido aplicado o princípio de transparência, imparcialidade e impessoalidade, todos em voga nos atos, sejam eles discricionários ou não, em especial os tomados na revisão do Plano Diretor, falou que seria infantil o pensamento no qual a Equipe Técnica contratada e a Equipe Técnica da Administração Municipal desconhecem os tramites pelo quais precisão passar a revisão do Plano Diretor, observada a burocracia aplicada ao caso e deste modo, em atenção ao previsto na legislação, todos os passos serão adotados, respeitadas as esferas administrativas nas tratativas a serem entabuladas, tendo em vista que os contatos com a SEMAD e como o Ministério Público já foram iniciados a algum tempo, falou sobre o encaminhamento das propostas após esta Audiência Pública, ao e-mail [meioambiente@altoparaíso.go.gov.br](mailto:meioambiente@altoparaíso.go.gov.br), destacando que todas as demandas serão devidamente apreciadas e analisadas uma a uma. Falou sobre as inscrições realizadas para fala na Audiência Pública, que totalizaram 22 inscritos, sendo todos eles chamados para fazer o uso da palavra, tendo em vista a dinâmica dos acontecimentos no curso do evento, de sorte que, com as falas dos representantes dos Territórios, dos Conselhos, das ONGs e dos inscritos, a fala foi franqueada a 20 participantes do evento, que contou com pouco mais de 300 pessoas que assinaram as listas de presença, destas, boa parte haviam participado de reuniões setoriais ou da Comissão Permanente de Revisão, de modo que a participação popular é real e inquestionável, contudo, que possa ser maior ainda com participação da comunidade nas reuniões e eventos dessa natureza, ao final agradeceu a presença de todos os participantes, se colocando à disposição para sanar eventuais questionamentos. Não havendo mais manifestações, a Audiência Pública foi encerrada às 00hs10min do dia 24 de novembro de 2023, sendo a presente ata lavrada e será assinada por mim,

\_\_\_\_\_ Messer Alexandre Di Carlo Nogueira, Gerente de Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que secretariei a Audiência Pública, e, aprovada nos termos do Edital de Convocação, será assinada pela



**Estado de Goiás**  
**Município de Alto Paraíso de Goiás/GO**  
**Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo**

Coordenação Geral da Comissão Permanente de Revisão e terá a lista de presença anexada, ficando arquivada junto ao material de trabalho da revisão do Plano Diretor.

**Jaqueline Avelino**

Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
Coord. Comissão Perman. Revisão do Plano Diretor  
Alto Paraíso de Goiás/GO

**Ismael Neiva**

Secretário de Meio Ambiente  
Coord. Comissão Perman. Revisão do Plano Diretor  
Alto Paraíso de Goiás/GO